



CIEA7 #13:

CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE: LUTA PELA LIBERTAÇÃO,
DESCOLONIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE.

Ângela Sofia Benoliel Coutinho[©]

coutinhoangela@hotmail.com

Da luta de libertação nacional ao governo da República de Cabo Verde:

as trajectórias dos membros de governo de 1975 a 1991

Nesta comunicação, procede-se a um estudo descritivo dos critérios de recrutamento ministerial e de secretários de Estado na República de Cabo Verde, de 1975, ano da independência, até 1991, ano que marca o fim do regime monopartidário, chegando à conclusão de que ainda durante a vigência deste regime, verificam-se algumas mudanças a nível dos critérios de recrutamento.

Aprofundando a análise de dois momentos cruciais na trajectória destes dirigentes políticos, como foram a frequência de universidades portuguesas no período colonial e o engajamento no movimento de libertação dirigido pelo PAIGC, são levantadas algumas questões acerca da pertinência e das condições de realização de estudos que permitam desenvolver estas temáticas.

Cabo Verde, Recrutamento ministerial, Partido único.

[©] CESNOVA – Universidade Nova de Lisboa.

INTRODUÇÃO

No dia 5 de Julho do ano de 1975, dia da proclamação da independência, nasceu a República de Cabo Verde. Nessa altura, o PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde), partido que tinha dirigido com sucesso a luta pela independência¹, tomou o poder após a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, que ocorreram a 30 de Junho do mesmo ano. Apesar de não ser na altura a única formação partidária no arquipélago, o PAIGC foi o único partido a apresentar uma lista para essas eleições, cuja taxa de participação foi de 88,3 por cento, tendo as suas listas sido aprovadas por 92 por cento dos eleitores. A partir de 5 de Julho de 1975, portanto, o arquipélago passou a viver sob um regime de partido único que apresentava uma originalidade: o mesmo partido dirigia a vida política de dois estados independentes, Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

Esta situação manteve-se até 1980. No dia 14 de Novembro desse ano, houve um golpe de Estado militar na cidade de Bissau, que acabou por levar à ruptura do PAIGC. A partir de 20 de Janeiro de 1981, a República de Cabo Verde passou a ser dirigida por um novo partido – o PAICV (Partido Africano pela Independência de Cabo Verde) – que se reclamou herdeiro político do PAIGC.

A mudança do regime de partido único para o multi-partidarismo surgiu formalmente em Fevereiro de 1990, quando o Conselho Nacional do PAICV declarou a intenção de proceder a essa mudança. Esta decisão foi institucionalizada em Setembro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular (ou Parlamento) removeu da Constituição o artigo que considerava o PAICV como única força política dirigente no país. As eleições legislativas realizaram-se no dia 13 de Janeiro de 1991, as presidenciais a 13 de Fevereiro e as autárquicas em Dezembro do mesmo ano, sagrando a vitória de um dos partidos então criados, o MPD (Movimento para a Democracia).

Objecto e métodos

Nesta comunicação, iremos primeiramente analisar os critérios de recrutamento de ministros e secretários de Estado em Cabo Verde, de 1975 até 1991, período do regime monopartidário. Em seguida, debruçar-nos-emos sobre a

¹ De acordo com as fontes oficiais, o PAIGC foi fundado na clandestinidade na cidade de Bissau, na actual Guiné-Bissau, e actuou de forma clandestina até instalar a sua sede em Conakry, em 1960. A luta armada teve início no ano de 1963 e prolongou-se até 1974. A independência da Guiné-Bissau foi proclamada no ano anterior, 1973, e reconhecida pela maioria dos países na ONU. Portugal reconheceu-a em 1974, após a Revolução dos Cravos.

importância que adquiriram a frequência de universidades portuguesas e o envolvimento no movimento de libertação dirigido pelo PAIGC na trajectória política da maioria dos elementos do grupo em estudo, interrogando-nos sobre as possibilidades e a pertinência de se realizarem estudos mais aprofundados sobre estas questões.

De modo a levar a cabo esta pesquisa, procedeu-se a um estudo prosopográfico. Tendo em conta a ausência de dicionários histórico-biográficos referentes a Cabo Verde, contrariamente ao que sucede em muitos outros países, foi-nos necessário consultar várias fontes de arquivo, em Cabo Verde e em Portugal, a saber: os livros de matrícula dos liceus Gil Eanes e Adriano Moreira, da Escola Comercial e Industrial do Mindelo, do Seminário de S. José na Praia, a base de dados respeitante aos deputados da Assembleia Nacional de Cabo Verde e vários processos individuais da PIDE/DGS² na Torre do Tombo, em Lisboa. Foram também consultados o *Boletim Oficial* e todos os periódicos cabo-verdianos do pós-independência³. Por fim, lançou-se um inquérito e realizaram-se entrevistas a várias pessoas em Cabo Verde, do último trimestre de 2008 até ao Verão de 2009. Consultou-se também bibliografia contendo dados biográficos de alguns indivíduos cuja trajectória era o nosso objecto de estudo.

Após o cruzamento dos dados obtidos, procedeu-se à elaboração das notícias biográficas destes indivíduos, a partir das quais se retiraram elementos para preenchimento de uma base de dados.

Através do tratamento estatístico das variáveis, foi possível revelar os padrões de recrutamento para dois períodos considerados, e compará-los entre si, de forma a determinar se houve mudanças nos padrões de recrutamento ocorridas durante o regime monopartidário.

Duas fases distintas foram consideradas, sendo a primeira de 1975-80, quando em Cabo Verde o PAIGC dominava a vida política nacional e correspondendo a segunda fase aos dez anos seguintes, de 1981-91, em que o PAICV dominou politicamente o país.

Por não existirem estudos semelhantes para outros países africanos, para elaboração deste estudo, utilizámos bibliografia respeitante à Europa do Sul e Ocidental, tanto para a definição de conceitos e das problemáticas, como para as escolhas respeitantes à metodologia a adoptar⁴.

² Polícia política do regime do Estado Novo, em Portugal (1933 – 74).

³ Nomeadamente, *Voz di Povo*, *Terra Nova*, *Notícias*, *A Semana* e *Novo Jornal*.

⁴ Ver Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto, *Portuguese Ministers 1851 – 1999: social background and paths to power* (Harvard, 2003) e Nancy Borneo, Pedro Tavares de

O RECRUTAMENTO MINISTERIAL

IPAIGC: 1975 – 80

Para o período de 1975 - 80, foram estudadas as trajetórias de 12 ministros, do primeiro-ministro e de 6 secretários de Estado, tendo havido no total 10 pastas ministeriais e 6 secretarias de Estado.

Perfil geral

Quanto aos critérios de recrutamento dos membros de governo nomeados durante os primeiros 5 anos após a independência, foi possível constatar, primeiramente, que houve um maior recrutamento entre os nascidos nas cidades – Praia e Mindelo -, com 45,2 por cento dos dados. A ilha de onde foi recrutado um maior número de entre eles foi a de Santiago, a maior ilha do arquipélago, sendo também a mais povoada e aquela onde se encontra a capital. No entanto, a região onde houve um maior recrutamento foi a de Barlavento, com 55,4 por cento dos dados (ver mapa).

Relativamente ao recrutamento geográfico, a variável mais determinante foi o local de residência antes da primeira nomeação, sendo que cerca de dois terços dos indivíduos residiam na capital, cidade da Praia, aquando da sua primeira nomeação.

Os membros de governo deste período nasceram, na sua esmagadora maioria, nas décadas de '40 (44,5 por cento) e '30 (38,5 por cento) e eram todos homens.

Contrariamente ao que sucedeu na fundação do partido que obteve a independência, o recrutamento entre os membros radicados na diáspora foi fraco, tendo sido recrutados sobretudo indivíduos nascidos e residentes em Cabo Verde e que se ausentaram temporariamente para prosseguir os estudos a nível do ensino superior ou para cumprimento do serviço militar obrigatório. De entre a minoria que teve uma experiência de migração laboral ou que tinha nascido na diáspora, o maior grupo vinha de Portugal, sendo que nos países africanos no seu conjunto foi recrutado um número de membros do governo equivalente aos que o foram na ex-metrópole. Também relativamente a este aspecto, verifica-se uma situação oposta à ocorrida aquando da fundação do PAIGC, em Bissau⁵.

Almeida, António Costa Pinto, *Who governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, (London, Portland, 2003)

⁵ De acordo com a versão oficial, o partido foi fundado em Bissau a 19 de Setembro de 1956, por 3 guineenses e 3 cabo-verdianos. 2 desses guineenses, os irmãos Cabral, Amílcar e Luís, eram de ascendência cabo-verdiana e tinham crescido no arquipélago.

Quanto à trajectória estudantil, a esmagadora maioria dos indivíduos, ou seja, cerca de dois terços, estudou no liceu Gil Eanes, no Mindelo. Este foi o primeiro liceu laico do arquipélago, e o único durante quase 40 anos, e foi também, para alguns, o primeiro local de recrutamento político para o movimento independentista liderado pelo PAIGC⁶.

Um maior número de membros de governo foi recrutado entre licenciados, logo seguido pelos que frequentavam o ensino superior mas que tiveram que abandonar os estudos por terem sido chamados a cumprir o serviço militar ou por se terem juntado à guerrilha dirigida pelo PAIGC na Guiné⁷.

Os estudos superiores seguidos antes da primeira nomeação, foram-no sobretudo na época colonial, sendo as áreas mais frequentadas as Engenharias e a área de Economia/Finanças/Gestão, *ex-aequo*. Os estudantes das Universidades de Lisboa, e depois, Coimbra, foram os mais recrutados, apesar de haver já uma diversidade neste grupo quanto a este aspecto, pois houve quem tivesse estudado na Bélgica, na União Soviética e na Costa do Marfim. Foi no ambiente estudantil em Portugal, na Casa dos Estudantes do Império⁸ ou através das células clandestinas do PAIGC que se deu o recrutamento político de vários de entre eles.

A nível do recrutamento profissional houve uma relativa diversidade, tendo havido um maior número de elementos recrutados no sector privado, logo seguido dos que actuavam na função pública, tanto a colonial como a do pós-independência.

Um grupo importante de membros do governo foi recrutado entre as chefias militares dos guerrilheiros do PAIGC, apesar de não chegarem a metade. Levando em conta a experiência de participação na guerra no quadro das Forças Armadas Portuguesas, constata-se que a experiência de guerra terá marcado a maioria dos elementos deste grupo, no seu todo.

Tendo em conta a experiência de participação no movimento clandestino pela independência, segundo as declarações de alguns membros deste grupo, chega-se à conclusão de que o recrutamento dos membros do governo foi sobretudo feito entre os

⁶ De acordo com vários testemunhos, o recrutamento para o movimento independentista em Cabo Verde teve início a partir de 1958, quando Abílio Duarte regressou a Cabo Verde, ido da Guiné-Bissau, para terminar os seus estudos liceais. Aí, terá começado por recrutar estudantes dos últimos anos do liceu, para além de trabalhadores da cidade do Mindelo.

⁷ Com o início da guerra colonial em Angola, no ano de 1961, vários jovens cabo-verdianos foram chamados a cumprir o serviço militar obrigatório. A guerra teve início no território da Guiné em 1963, mas a partir de 1961, um pequeno grupo de jovens cabo-verdianos juntou-se ao PAIGC, na Guiné-Conakry e começou a sua preparação política e militar para o conflito armado, que durou até 1974.

⁸ Criada em 1944 pelo Ministério das Colónias e pelo Comissariado Nacional da Juventude Portuguesa, o seu principal objectivo era o de prestar apoio material aos estudantes oriundos das várias províncias do Império português. Tornou-se um local importante de tomada de consciência política da situação colonial e de criação de redes entre os futuros dirigentes dos movimentos nacionalistas das colónias africanas, que muitas vezes se conheceram aí. Foi o caso de Amílcar Cabral (PAIGC), Mário Pinto de Andrade (MPLA), Marcelino dos Santos (FRELIMO) e Alda do Espírito Santo (MLSTP) para citar somente alguns dos mais célebres.

que estiveram directamente envolvidos na luta pela independência liderada pelo PAIGC, fosse na guerrilha ou na clandestinidade. Assim sendo, não é surpreendente que a maioria de entre eles tenha também seguido carreira neste partido antes da sua primeira nomeação.

Não tendo sido maioritariamente recrutados entre os parlamentares, a maioria dos membros do governo foi simultaneamente parlamentar. No seu conjunto, dois terços de entre eles tiveram essa experiência.

A esmagadora maioria não foi recrutada entre os directores-gerais, nem entre líderes de partidos políticos e tão-pouco teve experiência a nível de poder local antes da primeira nomeação.

A maioria exerceu novamente funções governativas no período seguinte, de 1981-91, que corresponde ao segundo e último período do regime monopartidário, tendo a esmagadora maioria cessado nessa altura a sua carreira ministerial. As suas carreiras no governo foram longas ou muito longas, pois considerando os dois períodos referidos acima, foram de 5 a 10 anos para metade e de mais de 10 anos para pouco menos da outra metade. A esmagadora maioria assumiu entre 1 e 2 pastas ministeriais na fase em apreço (1975 – 80).

PAICV: 1981 - 1991

Na fase seguinte, entre 1981-91, houve no total 14 ministros e 12 secretários de Estado, tendo havido 12 pastas ministeriais e 11 secretarias de Estado.

Durante todo o período monopartidário (1975 – 91), registaram-se algumas mudanças quanto aos critérios de recrutamento dos membros do governo. Assim, enquanto que na primeira fase considerada, quase metade destes membros foram recrutados entre os guerrilheiros da luta pela independência liderada pelo PAIGC, na segunda fase, os ex-guerrilheiros passaram a ser minoritários. Directamente relacionada com esta mudança está a que também se verifica ao nível da idade aquando da primeira nomeação: o primeiro grupo considerado tinha elementos muito jovens, com 20 e tal anos, e no período seguinte não só deixa de existir um recrutamento de membros do governo tão jovens, como a idade mais frequente passa a ser, em média, de vinte anos mais, passando a maioria a ser recrutada entre os 40 e os 49 anos. Esta mudança está certamente relacionada com o maior afastamento temporal do movimento de libertação nacional, que tinha recrutado jovens guerrilheiros em idade de cumprir o serviço militar.

A nível do recrutamento profissional houve também uma mudança de critério, já que, enquanto durante a primeira fase houve um maior recrutamento entre os que actuavam no sector privado, na segunda, o sector público passou a ser o principal foco

de recrutamento. Esta mudança deve-se certamente ao facto de, no pós-independência, e dadas as características do regime, que era socialista, ter havido menos oportunidades de actuação profissional no sector privado. No entanto, pode também pôr-se a hipótese de, justamente, na fase final do período colonial, os que trabalhavam no sector privado terem tido menos dificuldades para levar a cabo actividades clandestinas com vista à independência, pois é possível que a PIDE/DGS pudesse ter maior facilidade de controle dos que trabalhavam em instituições públicas.

Da primeira para a segunda fase, apesar dos engenheiros terem sido sempre a classe profissional que conheceu um maior recrutamento, houve um aumento do recrutamento de juristas, tendo o dos economistas e gestores ganho menor peso relativo.

Por fim, um último aspecto prende-se com a experiência parlamentar. Enquanto que na primeira fase, a maioria dos elementos teve essa experiência, ainda que sobretudo simultânea à experiência a nível de governo, durante a segunda fase houve um maior recrutamento entre os que não a tiveram, nem antes da primeira nomeação, nem em acumulação de funções. O segundo grupo, é, assim, constituído maioritariamente por indivíduos com uma menor diversidade de experiências políticas, aspecto cuja explicação poderá ser ensaiada em estudos posteriores.

Quanto aos aspectos que se mantiverem constantes em termos de critérios de recrutamento ministerial e de secretários de Estado, durante as 2 fases do período monopartidário, verificou-se que a nível de recrutamento geográfico, a ilha de Santiago foi a mais representada, tendo a de S. Vicente atingido o mesmo nível na segunda fase; a região onde houve um maior recrutamento foi a de Barlavento e houve um fraquíssimo nível de recrutamento entre os nascidos na diáspora.

A esmagadora maioria residia na capital do país aquando da primeira nomeação.

O recrutamento a este nível fez-se exclusivamente entre homens, nascidos nos anos 40 e 30 e que fizeram os estudos superiores durante o período colonial. Constata-se assim, que não houve recrutamento de mulheres e de muito poucos jovens quadros formados no pós-independência.

Houve um fraco nível de recrutamento entre emigrantes, contrariamente ao que sucedeu na formação do movimento independentista, que aliás, surgiu na diáspora.

A grande maioria dos elementos recrutados fez os estudos secundários no liceu Gil Eanes, na ilha de S.Vicente, e os superiores em Portugal, sobretudo nas universidades de Lisboa e Coimbra. Estas instituições de ensino foram locais de

socialização política e de recrutamento de jovens para o movimento independentista liderado pelo PAIGC.

A maioria dos elementos destes grupos eram licenciados, sendo sobretudo engenheiros.

Uma característica comum dos membros de governo deste período é o facto da maioria ter participado no movimento independentista, na guerrilha ou em actividades clandestinas, e de ter feito carreira partidária no PAIGC antes da sua primeira nomeação.

A grande maioria não teve experiência de poder local, nem de direcção-geral antes da primeira nomeação.

Até à data, a esmagadora maioria cessou a sua carreira governativa com o fim do regime monopartidário, por motivos que importará também aprofundar. As carreiras foram longas ou muito longas, tendo durado entre 5 e 10 anos e mais de 10 anos. A maioria assumiu 1 ou 2 pastas ministeriais ou de secretaria de Estado.

A EXPERIÊNCIA DECISIVA DA FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIA EM PORTUGAL E DA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO

Relativamente à questão da experiência universitária dos membros dos dois grupos em estudo, algumas das pessoas entrevistadas referiram que foi durante este período em Portugal que se deu o seu recrutamento para o movimento independentista, fruto de uma socialização política. Esta ocorreu, para os mais velhos, no quadro na Casa dos Estudantes do Império e sobretudo através do contacto com colegas angolanos. Também ocorreu, por vezes, na altura em que fizeram o serviço militar obrigatório, após o início da guerra colonial em Angola. Foi o caso, por exemplo, de Pedro Pires:

Os meus primeiros amigos nacionalistas, anticolonialistas, foram angolanos que conheci na tropa, quando fui fazer o service militar obrigatório e na Casa dos Estudantes do Império. O ambiente anticolonialista na Casa dos Estudantes do Império, a independência do Congo-Leopoldville, o assassinio de Lumumba, são factores que nos conduzem a uma tomada de consciência da situação em que se encontrava a África e as colónias portuguesas de África e a entender melhor o movimento nacionalista africano. (...) ⁹

⁹ Pereira, Aristides, *O meu testemunho – uma luta, um partido, dois países* – versão documentada, Lisboa, Notícias, 2003, p. 564

Para os mais jovens, tendo a Casa dos Estudantes do Império sido encerrada em 1965, esse processo foi vivido no meio estudantil, sendo que, numa fase final, alguns foram directamente recrutados pelas células clandestinas do PAIGC, sobretudo em Lisboa e Coimbra. Numa entrevista concedida a Leopoldo Amado na cidade da Praia a 30 de Junho de 1998, Manuel Faustino relembra esse ambiente:

(...) Chego a Portugal em 1965 e, na época, em Coimbra, era tradicional os estudantes mais antigos fazerem o que se chamava na altura “dar o toque”, quer dizer, começar a alertar, mostrar o que tinha de se estudar, fazer o curso, essa história toda. A verdade é que “dar o toque” significava muito mais que isso. Foi nesses contactos, mais sistemáticos nessa altura, que começaram a circular alguns livros de Fanon, alguns textos de Amílcar Cabral, e mais tarde, já num segundo momento, obras de cariz marxista.¹⁰

Já José Tomás Veiga, chegado a Lisboa para estudar em 1968, foi directamente recrutado para uma célula do PAIGC:

ÂC - Portanto, em Lisboa, envolveu-se politicamente?

JTV – Sim, isso aconteceu, felizmente ou infelizmente, já não sei (risos). Em 1970. E foi pela mão do José Luís Fernandes Lopes. Ele e o Manuel Faustino. Mas primeiro o José Luís Fernandes Lopes. Portanto, em 1970, eu aderi ao PAIGC, na altura.¹¹

Esta questão merece um estudo aprofundado, que nos permitiria compreender melhor o processo largamente desconhecido de socialização e de recrutamento político destes elementos em Portugal, sobretudo após o encerramento da célebre Casa dos Estudantes do Império.

Na obra “Le rôle des mouvements d’étudiants africains dans l’évolution politique et sociale de l’Afrique de 1900 à 1975”, A. Adu Boahen afirma que os estudantes das colónias francesas em África tiveram um papel activo na política, sendo que muitos movimentos associativos estudantis trabalharam em estreita ligação com os partidos políticos que lutaram pela independência:

¹⁰ Pereira, Aristides, *op. cit.*, p. 516

¹¹ Entrevista concedida por José Tomás Veiga a Ângela Coutinho a 18 de Março de 2009 na cidade da Praia, Cabo Verde

Bien que répartis entre toutes ces catégories, les mouvements d'étudiants africains avaient tous quasiment les mêmes objectifs, qui, peu à peu, devinrent plus politiques que culturels. D'ailleurs, la plupart de ces mouvements, surtout ceux établis en Afrique française et en France, s'axèrent, dans les années 50, exclusivement sur la politique, et prirent des positions très radicales, visant au renversement complet du système colonial plutôt qu'à sa réforme.¹²

No que diz respeito às ex-colónias portuguesas em África, sendo que na última fase, os movimentos associativos estudantis não eram permitidos ou então eram fortemente controlados e condicionados, constata-se que houve também uma ligação aos movimentos independentistas, e até recrutamento de militantes partidários. Interessaria, assim, ter uma visão mais aprofundada sobre o papel dos estudantes universitários africanos nos movimentos independentistas dos países em questão.

As fontes orais existentes parecem indicar que foi sobretudo a partir do meio estudantil universitário que se estruturaram as actividades políticas clandestinas do PAIGC. Com efeito, muito embora se tenham realizado vários estudos sobre a actividade de guerrilha conduzida por este partido no território da actual Guiné-Bissau, a questão da chamada "luta clandestina", quer no mesmo território, em Cabo Verde, em Portugal, noutros territórios sob domínio português na altura, quer ainda em países estrangeiros, tem sido pouco ou nada objecto de interesse por parte dos historiadores.

Desde logo, pelas características que este fenómeno encerra, poucas são as fontes escritas que nos chegaram e que possamos consultar. A principal são os arquivos da PIDE/DGS, cuja veracidade tem de ser rigorosamente questionada, tendo em conta as condições da sua produção. Também encontramos alguns dados sobre o movimento clandestino em Bissau, entre 1960 e 1963, no Arquivo Amílcar Cabral, na Fundação Mário Soares, em Lisboa e referências a esta questão em textos de autoria de Amílcar Cabral.

De entre os membros do governo do regime monopartidário, dispomos de depoimentos sobre estas questões de Abílio Duarte, Amaro da Luz, Manuel Faustino, Herculano Vieira, Tito Lívio de Oliveira Ramos, Carlos Reis, José Tomás Veiga, Adão Rocha, André Corsino Tolentino, Alexandre Ramos de Pina e Ireneu Gomes.

¹² Le rôle des mouvements d'étudiants africains dans l'évolution politique et sociale de l'Afrique de 1900 à 1975, Paris, UNESCO/ l'Harmattan, 1993

A maioria dos testemunhos incide sobre os seguintes aspectos:

- 1/ a forma como foram recrutados e se envolveram com o movimento independentista;
- 2/ os locais onde actuaram;
- 3/ os grupos juntos aos quais actuavam;
- 4/ o tipo de organização existente, por células;
- 5/ as diversas formas de comunicação, tendo em conta as limitações impostas pela presença da PIDE;
- 6/ em alguns casos, os contactos havidos com os membros da direcção do PAIGC, em Conakry.

Em casos esporádicos, há relatos de fugas para fora dos territórios sob domínio português na altura e de prisões e subsequente envio para campos de concentração. Também há testemunhos sobre o período de actividade semi-clandestina em Cabo Verde, entre o 25 de Abril de 1974 e o dia 5 de Julho de 1975, em que se preparou o desencadear de uma acção armada no arquipélago.

Um conhecimento aprofundado deste aspecto largamente desconhecido do movimento de libertação de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, parece ser de cabal importância. Ora, tendo em conta a delicadeza da questão, o cruzamento das fontes arquivísticas disponíveis impõe-se, sendo igualmente necessário proceder a um programa alargado de recolha de testemunhos dos militantes ainda vivos. Saber a quem nos devemos dirigir é justamente outra questão delicada a ultrapassar, na medida em que, por definição, os militantes actantes na clandestinidade não deveriam ser identificados e tudo deveriam fazer para não serem identificáveis. No entanto, é possível partir de alguns nomes que surgem em documentos oficiais do PAIGC, e a partir daí, chegar a outros, e ir cruzando os vários testemunhos.

A compreensão mais profunda deste aspecto da História Política de Cabo Verde permitir-nos-á começar a abarcar a real dimensão do engajamento de cabo-verdianos no projecto de independência nacional dirigido pelo PAIGC, e dar-nos-á um contributo precioso para o estudo da História Política do país independente.

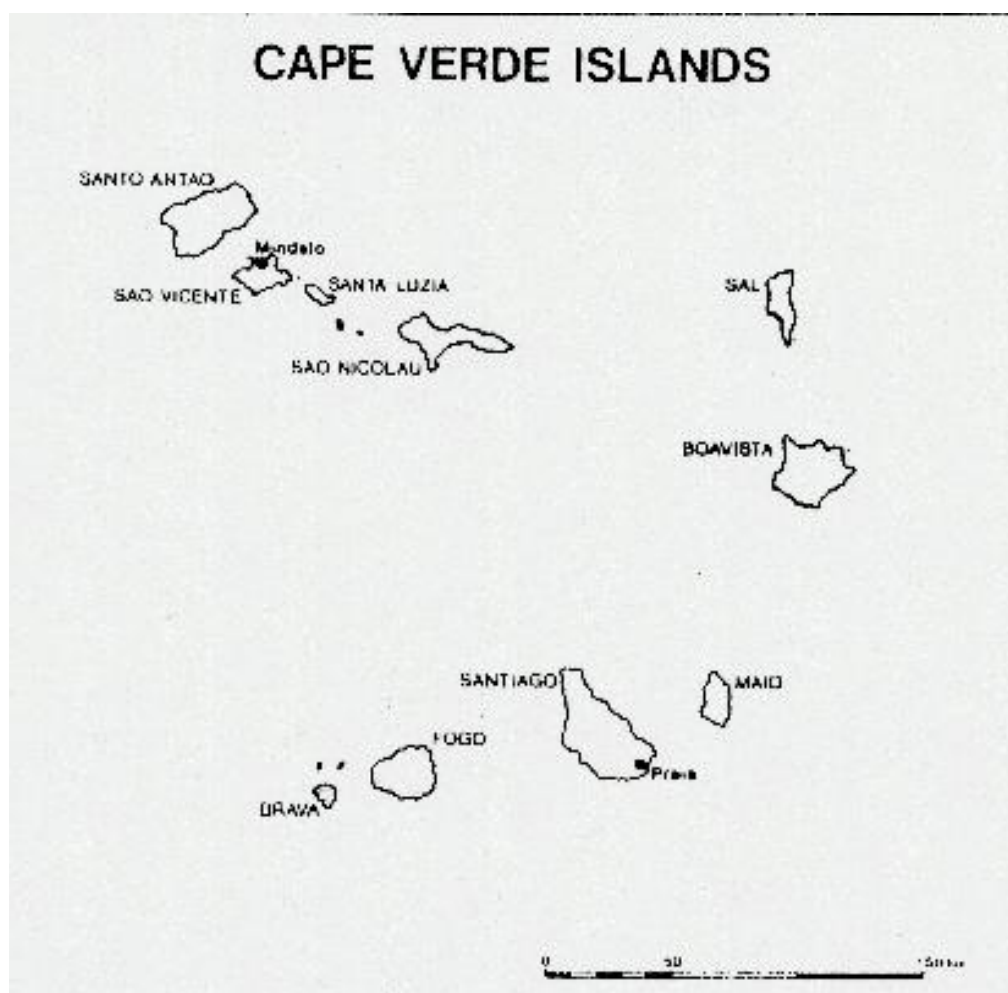
Mapa de Cabo Verde

Ilustração 1: O arquipélago de Cabo Verde¹³

¹³ Malyn Newitt, *Portugal in Africa – The Last Hundred Years*, London, C. Hurst & Co., 1981, p. 202. As ilhas de Sotavento são Maio, Santiago, Fogo e Brava e as do Barlavento, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boavista, estando a de Santa Luzia desabitada.

Tabelas

Variáveis / Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1975-80	22,6	22,6	5,5	16,4	5,5	5,5	10,9	0	0	0	5,5	0	0	5,5
1981-91	16,3	22,6	6,3	9,5	12	3,2	9,5	0	0	0	5,4	0	3,2	12

Tabela 1: Local de nascimento (percentagens). Fontes: Livros de matrícula dos liceus em Cabo Verde, processos da PIDE/DGS, entrevistas.

1 – Praia / 2 – Mindelo / 3 – Outras localidades na ilha de Santiago / 4 – Santo Antão / 5 – S. Nicolau / 6 – Fogo / 7 – Boavista / 8 – Sal / 9 – Brava / 10 – Guiné-Bissau / 11 – Senegal / 12 – S. Tomé e Príncipe / 13 – País europeu / 14 – Desconhecido.

Variáveis / Períodos	1920 – 29	1930 – 39	1940 – 49	1950 – 59	1960 – 69	Desconhecido
1975-80	5,5	39	44,5	5,5	0	5,5
1981-91	3,2	29	54,8	0	0	13

Tabela 2: Década de nascimento (percentagens). Fontes: Livros de matrícula dos liceus em Cabo Verde, processos da PIDE/DGS, entrevistas.

Variáveis / Períodos	20 – 29	30 – 39	40 – 49	50 – 59	60 – 69	Desconhecido
1975 – 80	33,3	38,5	22,2	0	0	6
1981 – 91	9,8	32,2	42	3	0	13

Tabela 3: Idade por altura da primeira nomeação (percentagens). Fontes: Livros de matrícula dos liceus em Cabo Verde, processos da PIDE/DGS, entrevistas.

Variáveis / Períodos	Homens	Mulheres
1975 – 80	100	0
1981 – 91	100	0

Tabela 4: Género (percentagens). Fontes: Boletim Oficial de Cabo Verde.

Variáveis/ Períodos	Liceu Gil Eanes	Liceu Adriano Moreira	1 + 2	Liceu Gil Eanes + Outra Província do Império	Outra Província do Império	Outro país	Outros	Desconhecido
1975 – 1980	60,9	10,9	5,5	5,5	0	5,5	5,5	5,5
1981 – 1991	58	9,5	6,3	3,2	3,2	3,2	3,2	13

Tabela 5: Ensino secundário (percentagens). Fontes: Livros de matrículas dos liceus, entrevistas.

Variáveis / Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1975 – 1980	16,4	44,5	0	5,5	0	0	5,5	0	5,5	10,9	5,5	5,5
1981 – 1991	13	29	3,2	0	3,2	3,2	6,3	6,3	3,2	6,3	3,2	22,6

Tabela 6: Ensino superior – cidade/país onde estudou/obteve o grau antes da primeira nomeação (percentagens). Fontes: Entrevistas, processos da PIDE/DGS.

1 – Coimbra / 2 – Lisboa / 3 – Porto / 4 – Coimbra + Lisboa / 5 – Porto + Lisboa / 6 – Porto + Coimbra + Lisboa / 7 – Bélgica / 8 – Brasil / 9 – URSS / 10 – Outros países / 11 – Nenhum/a / 12 – Desconhecido

Variáveis / Períodos	Engenharia	Medicina	Direito	Ciências	Economia/Finanças /Gestão	Outras áreas	Nenhuma	Letras	Desconhecido
1975 – 80	22,5	10,9	5,4	5,4	22,5	22,5	5,4	0	5,4
1981 – 91	19,4	7,3	17,3	3,2	10,5	13	6,5	0	22,8

Tabela 7: Ensino superior – área de formação (percentagens). Fontes: Entrevistas, processos da PIDE/DGS.

Variáveis / Períodos	Participação no movimento clandestino do PAIGC	Participação na luta de guerrilha do PAIGC	1 + 2	Não participação em movimentos independentistas	Desconhecido
1975 – 1980	22,6	33,5	10,9	10,9	22,6
1981 – 1991	19,4	29	6,3	16,3	29

Tabela 8: Experiência política antes da primeira nomeação – movimentos independentistas (percentagens). Fontes: Entrevistas, processos da PIDE/DGS.

Variáveis / Períodos	Carreira no PAIGC / PAICV	Carreira no PAIGC / PAICV e MPD	Militância no PAIGC / PAICV	Sem militância partidária	Desconhecido
1975 – 80	55,5	5,5	0	11	28
1981 – 91	51,6	0	19,4	6,4	22,6

Tabela 9: Experiência política antes da primeira nomeação – carreira partidária (percentagens). Fontes: Entrevistas, jornais de Cabo Verde.

Variáveis / Períodos	Antes da primeira nomeação	Depois da primeira nomeação	Simultânea à primeira nomeação	Sem data	Sem experiência parlamentar
1975 – 80	0	5,5	55,5	22,6	16,4
1981 – 91	16,2	3,2	19,3	19,3	42

Tabela 10: Experiência política antes da primeira nomeação – experiência parlamentar (percentagens). Fontes : Arquivos da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Variáveis / Períodos	Direcção-geral antes da primeira nomeação	Sem experiência de direcção-geral antes da primeira nomeação
1975 – 80	22	78
1981 – 91	35,3	64,7

Tabela 11: Experiência de direcção-geral num ministério antes da primeira nomeação (percentagens). Fontes: *Boletim Oficial* de Cabo Verde, entrevistas.

Variáveis / Períodos	Cargo de direcção militar antes da primeira nomeação	Sem experiência de direcção militar antes da primeira nomeação	Desconhecido
1975 – 80	44,5	50	5,5
1981 – 91	32,2	58,2	9,6

Tabela 12: Experiência de direcção militar antes da primeira nomeação (percentagens). Fontes: *Boletim Oficial* de Cabo Verde, jornais de Cabo Verde, entrevistas

Variáveis / Períodos	PAIGC (1975 – 1980)	PAIGC / PAICV (1975 – 1991)	PAICV (1981 – 1991)	MPD (1991 – 2001)	PAIGC/ PAICV – MPD (1975 – 1991/ 1991 – 2001)	PAIGC/ PAICV 2 (1975 – 1991/ 2001 – 2006)	PAICV 2
1975 – 80	22,6	55,4	0	0	16,5	5,5	0
1981 – 91	3,2	39	51,4	0	3,2	3,2	0

Tabela 13: Carreira ministerial – nomeação em regimes políticos diferentes (percentagens). Fontes: *Boletim Oficial* de Cabo Verde

Variáveis / Períodos	Uma pasta	Duas pastas	Três e mais pastas
1975 – 80	55,5	33,5	11
1981 – 91	61,2	35,4	3,4

Tabela 14: Carreira ministerial – mobilidade de pastas (percentagens). Fontes: *Boletim Oficial* de Cabo Verde

Variáveis / Períodos	Até 6 meses	6 meses – 1 ano	1 – 2 anos	2 – 5 anos	5 – 10 anos	Mais de 10 anos	Desconhecido
1975 – 80	0	0	0	5,5	50	44,5	0
1981 – 91	6,3	6,3	0	9,5	39	25,9	13

Tabela 15: Carreira ministerial – duração da carreira (percentagens). Fontes: *Boletim Oficial* de Cabo Verde

BIBLIOGRAFIA

- Augé, Axel Eric, *Recrutement des élites politiques en Afrique subsaharienne : une sociologie du pouvoir au Gabon*, Paris, l'Harmattan, 2005.
- Bakary, Tessy D., *Les élites africaines au pouvoir (problématique, méthodologie, état des travaux)*, Bordeaux, Talence, IEP, 1990.
- BlondeL, J., Thiébault, J.L. (eds.), *The Profession of Government Minister in Western Europe*, New York, St. Martin's Press, 1991.
- Carreira, António, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Porto, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972
- Carreira, António, *Cabo Verde, aspectos sociais: secas e fomes no século XX*, Lisboa, Ulmeiro, 1984, p. 10.
- Carvalho, Carolina Juliano de, *O Recrutamento Ministerial em 20 anos de Democracia no Brasil (1985 – 2005)*, Lisboa, Colibri/F.C.S.H. – U.N.L., 2009.
- Estèbe, Jean, *Les ministres de la République, 1871 – 1914*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1982.
- Furtado, Cláudio Alves, *Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*, Mindelo, ICL, 1997.
- Le rôle des mouvements d'étudiants africains dans l'évolution politique et sociale de l'Afrique de 1900 à 1975*, Paris, UNESCO/ l'Harmattan, 1993.
- Lopes, José Vicente, *Cabo Verde: os Bastidores da Independência*, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português, 1996.
- Lopes, José Vicente, *A explicação do mundo*, Praia, Spleen, 2004.
- Mateus, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência – a Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Inquérito, 1999
- Pereira, Aristides, *O meu testemunho – uma luta, um partido, dois países* – versão documentada, Lisboa, Notícias, 2003.
- Tavares de Almeida, Pedro, Costa Pinto, António, *Portuguese Ministers 1851 – 1999: social background and paths to power*, working paper nº 100 Centre for European Studies, Harvard, Harvard University, 2003.
- Tavares de Almeida, Pedro, Costa Pinto, António, Bermeo, Nancy, *Who governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, London, Portland, Frank Cass, 2003.